

Rebena
Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem
V.1 (2021)

**O papel da mulher surda na sociedade de Parnaíba – PI:
uma concepção a respeito**

The role of deaf women in the society of Parnaíba – PI:
a conception about it

Teresa Fortes Castelo Branco¹
Maria Durciane Oliveira Brito²

RESUMO

Constatando-se ser por intermédio de princípios estabelecidos, caso do comportamento, língua, do vestir, das demonstrações sociais e outros aspectos, que se apresenta a cultura manifestada pelos surdos, é que este artigo tem como finalidade elaborar uma perspectiva a respeito do papel da mulher surda na sociedade parnaibana. Partindo de sua questão gênese, de quais características poderiam ser atribuídas ao papel da mulher surda na sociedade, seu objetivo geral foi caracterizar o papel da mulher surda na sociedade. Os específicos foram caracterizar o papel da mulher surda na sociedade parnaibana, averiguar o espaço ocupado pela mulher surda e identificar a importância do papel da mulher surda na sociedade atual. Em amparo a tais pretensões, fez-se uso de uma metodologia qualitativa, descritiva e uma pesquisa de campo, tornando sua construção mais consistente. Contando com um referencial teórico que aborda a pessoa surda e sua peculiaridade, complexidade, concepções e outros aspectos, bem como gênero e surdez e a mulher surda na sociedade atual, os resultados de sua pesquisa empírica levam a identificar o papel da mulher surda na sociedade parnaibana como dependente dos aspectos do respeito à diferença cultural e linguística, também análogos aos de outras mulheres surdas de quaisquer sociedades.

Palavras-chave: Papel. Sociedade. Mulher surda.

ABSTRACT

Since it is through established principles, such as behavior, language, clothing, social demonstrations and other aspects, that the culture manifested by the deaf is presented, this article intends to develop a perspective on the role of deaf women in Parnaibian society. Starting from its genesis question, which characteristics could be attributed to the role of deaf women in society, its general objective was to characterize the role of deaf women in society. The specifics were to characterize the role of deaf women in Parnaibian society, investigate the space occupied by deaf women and identify the importance of the role of deaf women in today's society. In support of such claims, a qualitative and descriptive methodology and field research were used, making its construction more consistent. With a theoretical framework that addresses the deaf person and their peculiarity, complexity, conceptions and other aspects, as well as gender and deafness and the deaf woman in today's society, the results of her empirical research led to the identification of the role of women deaf in Parnaiba society as dependent on aspects of respect for cultural and linguistic difference, also analogous to those of other deaf women in any society.

Keywords: Paper. Society. Deaf woman.

¹ Universidade Federal do Piauí. teresafortesphb@gmail.com

² Universidad Tecnológica Intercontinental. durciane@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Em termos gerais, historicamente, a trajetória de vida dos surdos evidencia conflitos e necessidades complementares de superação, caso da conquista do reconhecimento da língua de sinais como fundamental para a pessoa surda, em especial no que se refere à sua cultura e identidade, embora ainda não há um consenso a respeito do modo como tais indivíduos devem ser chamados, caso do observado em algumas campanhas publicitárias, pesquisas, eventos e até em debates informais a utilização de deficiente auditivo, portador de surdez, pessoa com surdez e até surdo-mudo (SOUZA, 2018). “O sujeito surdo tem uma cultura própria, que é utilizada através de uma língua visual, no qual tem suas características e peculiaridades” (DA SILVA SOUSA, 2021, p.125).

Há de ser observado que também é evidente a pluralidade que permeia a cultura surda encontra-se intimamente vinculada à identidade dos que fazem parte de tal cultura, construída por intermédio das escolhas sociais e políticas do grupo surdo, visto ser por meio de princípios determinados, a exemplo do comportamento, língua, do vestir, das demonstrações sociais e outros aspectos que se apresenta a cultura manifestada pelos surdos (SÁ, 2002). Tal fato induz a pensar no papel da mulher surda na sociedade, tratando-se do tema concebido neste artigo, cuja delimitação é focada no papel da mulher surda na sociedade de Parnaíba-PI. Partindo do pressuposto de que a mulher surda pertence a dois grupos com minorias de direitos, logo, é duplamente oprimida, sendo vista pelo senso comum como “coitadinha” ou indefesa, de forma que o desprezo perpetuado é acrescido ao ouvintismo, ou seja, a opressão sofrida pela mulher surda em uma sociedade majoritariamente ouvinte (RIBEIRO, 2017) é que se formaram a motivação e o interesse pelo tema, cuja questão gênese da concepção deste artigo foi a de quais características poderiam ser atribuídas ao papel da mulher surda na sociedade parnaibana? Ou seja, que importância pode ser constituída pela mulher surda na sociedade, em razão do desprezo social somado ao ouvintismo ainda serem constantes?

Atendendo à solução de tal problema, o seu objetivo geral foi o de conhecer o papel da mulher surda na sociedade parnaibana. Os específicos

foram caracterizar o papel da mulher surda na sociedade, averiguar o espaço ocupado pela mulher surda e identificar a importância do papel da mulher surda na sociedade atual. E em amparo a tais pretensões, o uso de uma metodologia qualitativa, descritiva e uma pesquisa de campo compõem a concepção idealizada, tornando mais consistente sua construção.

Sua relevância reside em benefícios acadêmicos, sociais, profissionais e pessoais. Acadêmicos, em razão da consolidação de que teoria e prática são complementares, interdependentes e indissolúveis. Sociais, pelo fato da aquisição do conhecimento proporcionar ferramentas e instrumentos, diante do enfrentamento de obstáculos vinculados ao convívio social que, conseqüentemente repercute no âmbito profissional e pessoal.

Faz-se oportuno e introdutoriamente salientar que neste artigo a nomenclatura utilizada será o(a) surdo(a), compartilhando com uma boa parte da literatura consultada, visto o(a) surdo(a) ser alguém impedido por um déficit de audição de adquirir naturalmente a língua oral / auditiva usada pela comunidade majoritária e, ao mesmo tempo, constrói sua identidade alicerçada principalmente nesta diferença, fazendo uso de recursos cognitivos e de atitudes comportamentais e culturais distintas das pessoas que ouvem (SÁ, 2002), bem como a língua de sinais é seu maior marco identitário, já que não se pode isolar essa identidade da sociedade ouvinte, em razão das duas dividirem o complexo social e, portanto, devendo interagirem respeito as peculiaridades de ambas, de modo a efetivar uma multiculturalização e execução das múltiplas atividades humanas, embora de formas ou com alternativas diferentes (SOUSA, 2018).

Sua estrutura, então, alicerçada nessas preliminares, é constituída de material e método com abordagem metodológica e procedimentos metodológicos, um referencial teórico de apoio ao objeto de conhecimento e os resultados e discussão de seu trabalho de campo, descrito em seu decorrer.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A pessoa surda: peculiaridade, complexidade, concepções e outros aspectos

Nas informações de Dilli (2010, p. 21) é revelado ter sido na Palestina, em 1500 a.C., que os pioneiros registros de existência de surdos ocorreram,

sendo a História Antiga constituída de pouca referência à inserção do surdo na sociedade, tendo-se somente o conhecimento que tais indivíduos “sofriam discriminação e exclusão como qualquer pessoa que tivesse algum tipo de deficiência; apenas os povos hebreus e egípcios protegiam os surdos com leis”. Segundo a autora, com o decorrer do tempo, “notou-se a importância do surdo na sociedade”, dando início em 1750, de um estudo do médico alemão Samuel Heinicke para “determinar a patologia crônica do surdo”.

No acréscimo de seu relato, Dilli (2010, p. 22-23) esclarece que, no século XX, “as superstições com relação à surdez não mudaram muito” e, atualmente, os surdos “ainda são vistos erroneamente e, por isso, caracterizados como problema, deficientes, anormais, desviantes, coitados, seres patológicos ou qualquer denominação de cunho pejorativo”. Nesse ponto, Thoma (2013, p. 167-172) assegura que os surdos “não podem ser reduzidos a questão da língua e da cultura surda, muito embora o traço da surdez seja o que predomina na articulação política das comunidades surdas”. Entretanto, para a autora:

Ao contrário de outras comunidades culturais e linguísticas minoritárias, como as de alemães, italianos, japoneses, indígenas, ciganos e outros, a comunidade surda não possui um território geográfico definido. A surdez é um acontecimento disperso e os surdos vivem em um “país invisível”.

Acrescentando o advertido, Ruzza (2016, p. 8-11) enfatiza que a especificidade que diferencia a pessoa surda das outras com deficiência “é a sua forma modal, ou seja, a maneira de estar no mundo”. Nas palavras da autora, tal fato significa que “a maior parte das pessoas vivenciam e percebem o mundo pela modalidade oral-auditiva (canal auditivo), enquanto os surdos utilizam a modalidade visual-motora (canal visual)”. Nesse sentido, Skliar (2013, p. 11) já havia assegurado que as diversidades de representações sobre o sujeito surdo reafirmam que a surdez é constituída por uma diferença “a ser reconhecida; a surdez é uma experiência visual; a surdez é uma identidade múltipla ou multifacetada e, finalmente, a surdez está localizada dentro do discurso sobre a deficiência”.

Nesse âmbito, Perlin e Souza (2015, p. 6) acrescentam às considerações, lembrando que os surdos “compuseram uma forma de leitura do mundo, parte de uma cultura visual que possibilita construir o conhecimento

e compreender o ambiente ao seu redor”. Para Ruzza (2016, p. 10) este é o motivo que torna o surdo e seu universo “uma questão complexa, pois envolve discussões muito específicas que alguns, por vezes, entendem como segregadora e outros, como necessidade de valorização e reconhecimento de diferença”.

De acordo com a autora, a pessoa surda pode ser concebida “a partir de concepções que são opostas entre si, não dialogam e nem se complementam”, sendo necessário “explicitar de que prisma e, portanto, qual concepção embasa o olhar sobre esse sujeito”, já que determinados autores convergem para o entendimento de duas concepções que concebem a surdez, a Concepção Clínico- Patológica e a Socioantropológica, isto é:

Há uma diferença fundamental nessas duas concepções. Enquanto a primeira há uma vertente clínica, a outra apresenta uma vertente cultural/pedagógica. A Concepção Clínico-Patológica revela uma postura de recusa, de negação do sujeito Surdo, não admitindo essa condição diferenciada e, portanto, forçando-o a inserção na normalidade. A Concepção Socioantropológica, ao contrário da concepção anterior, enfatiza a postura de aceitação do sujeito Surdo numa perspectiva ética, além do reconhecimento do sentido existencial do Ser Surdo ratificando o direito a diferença.

Este artigo se encontra fundamentado na concepção Socioantropológica, seguindo a tendência de Ruzza (2016, p. 12) esclarecendo que, “no momento em que se reconhece o sujeito surdo, se permite que ele expresse, denuncie e lute pelo seu direito de escolha”. Logo, o papel da mulher surda na sociedade parnaibana encaixa-se na concepção socioantropológica, em razão de conceber essas mulheres surdas como diferentes e não deficientes.

2.2. Gênero e surdez

Valendo-se das informações de Klein e Formoso (2017, p. 2), pode-se dizer que a combinação das categorias de análise gênero e surdez “é um assunto novo. Não há muitos estudos que unam as questões de gênero com a surdez”. De acordo com as autoras, “não há muitos estudos que usam a questão de gênero com a surdez. Tal questão está começando a ser discutido entre os surdos no Brasil, que tinham (e ainda têm) outros assuntos em sua pauta de reivindicações”, caso da divulgação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, o acesso à informação (filmes brasileiros e de outros tipos de entretenimento de TV com legendas de interpretação na língua de sinais), à Educação, à saúde pública e ao

mercado de trabalho, entreoutros.]

Nessa linha de pensamento, Moreira (2013, p. 97-99) afirma que “situar a mulher surda nas relações de gênero e sexualidade numa abordagem pós-estruturalista implica um desafio inédito para a área dos Estudos Surdos”. Segundo a autora, esse fato se dá “ainda não há publicações nesse sentido, principalmente no que se refere à tentativa de estabelecer uma rede interconectada com os Estudos Surdos e os Estudos Culturais”. No complemento de Klein e Formoso (2017, p. 2), é revelado:

Ao propor uma discussão sobre gênero e surdez, nos aproximamos de produções dos estudos feministas que se produzem a partir da denominada terceira onda de movimentos feministas que trabalha através da perspectiva pós-estruturalista, problematizando o gênero feminino através da diferença. As mulheres não desejam ser iguais aos homens, pois as subjetividades são diferentes. Também não são o oposto dos homens, o seu negativo. O gênero feminino caracteriza-se por sua(s) diferença(s) em relação ao gênero masculino [...]. De forma semelhante, alguns estudos da atualidade educacional vêm problematizando a surdez e os surdos também a partir de autores da perspectiva pós-estruturalista, na qual a mesma é entendida como diferença cultural.

Em termos de gênero e surdez, Klein e Formoso (2017, p. 2) também lembrar que “mais da metade da população surda mundial são mulheres surdas, segundo dados da Federação Mundial de Surdos (WDF). Conforme as autoras, WDF é constituída por um grupo de trabalho reportado às mulheres surdas, tendo como pauta de discussões baseada “na análise do papel das mulheres surdas nos movimentos surdos, além de denunciar a situação de vulnerabilidade em que muitas dessas mulheres se encontram”. Aliado a isso, a WDF pretende ainda “criar redes de solidariedade mundiais entre mulheres surdas de todo o planeta”.

Em relação ao Brasil, Klein e Formoso (2017, p. 5-8) esclarece que “as mulheres surdas possuem um grande histórico de discriminação”, enfatizando que “a feminização do trabalho docente também acontece na comunidade surda”, bem como a mulher surda trabalhadora é “uma presença ausente”, sendo a visibilidade dessas mulheres ainda “uma condição tímida nos discursos que falam sobre surdez e trabalho”. E as autoras observam:

Na história dos movimentos surdos, encontramos várias mulheres destacando-se na luta pelo reconhecimento da Língua de Sinais, da valorização das pessoas surdas. São mulheres que vêm possibilitando uma visibilidade enquanto sujeitos. Elas estão aí, interferindo nas vidas das pessoas surdas, faltando ainda que se

deixem falar, que se possibilitem narrar-se, interferindo nos discursos hegemônicos que tratam das questões do trabalho e da surdez como um espaço masculino, e ainda mais: um espaço do homem branco europeu. Essa naturalização acaba por excluir tantos outros sujeitos, que por não terem um espaço de visibilidade, veem suas especificidades negadas, como são os surdos negros, os surdos homossexuais, e outros.

Nesse âmbito, em razão da inexistência de estudos a respeito de gênero e surdez, faz-se oportuna a ressalva de Moreira (2013, p. 100) advertindo que, na tentativa da continuidade dessa temática da mulher surda e suas relações de gênero e sexualidade, “exigirá olhares que busquem perceber como os saberes sobre a surdez se constituíram na modernidade; perceber as coisas que são ditas em relação a ela, sobre ela; como ela é referida e se refere a si própria”. Segundo a autora, “até porque, não se nasce, mas se torna mulher”, o que é considerada uma realidade.

2.3. A mulher surda na sociedade atual

Na pesquisa de Silva (2012, p. 1-2) é revelado que as mulheres surdas “não querem mais apenas trabalhar como domésticas, não querem mais ser mandadas pelas famílias e, por isso, intensificaram sua participação em movimentos, a fim de transformar suas vidas”, ou seja, “elas querem estudar, trabalhar e melhorar suas vidas; ter conhecimento para provocar a mudança; lutar no movimento de mulheres pela igualdade entre homens e mulheres, contra o machismo”, isto é, as mulheres surdas “iniciaram a participação na política, na Educação e nos direitos humanos”.

Ribeiro (2017, p. 7-8), por outro lado, afirma que “a solução para o empoderamento das mulheres surdas, de modo a permitir a construção de suas identidades e autonomia intelectual e material permanece em aberto”. Para a autora, “de certo, não há uma atitude imediata que resolveria tal impasse” e, em outras palavras, “a construção de um novo entendimento sobre as mulheres surdas, frente a tantos anos de desigualdade e silêncio que se passaram, é um processo e, ainda mais, um processo demorado e árduo”. Portanto:

Hodiernamente, vivemos diversas mudanças e pequenas revoluções que têm melhorado a vivência de mulheres e mulheres surdas. Por exemplo, o direito feminino ao voto desde 1932 no Brasil e uma suposta proteção em casos de violência doméstica, com a Lei Maria da Penha, promulgada no ano de 2006. A população surda também vem lutando por seus direitos, o que permitiu o reconhecimento da

Libras – língua brasileira de sinais – em 2002 e o direito à acessibilidade, regulamentado em 2004. Porém, só começamos a falar de real liberdade destas mulheres se mencionamos os avanços na autonomia econômica delas. Hoje muitas mulheres têm adentrado o mercado de trabalho.

Há de se observar que, da mesma forma das raras atenções dedicadas ao gênero e surdez, as atenções dos estudos direcionadas à participação das mulheres surdas na sociedade atual também é pequena. Entretanto, recorrendo à pesquisa de Silva (2012, p. 2), faz-se necessário descrever:

As mulheres surdas se inspiram nas lutas de outras mulheres pelo mundo, aonde vem crescendo as leis que as apóiam e defendem. Elas percebem os acontecimentos no mundo, querem estudar na faculdade, ter bom emprego. Tem surgido e crescido o número de mulheres surdas que trabalham como professoras nas escolas de surdos e em cursos de Libras – Língua Brasileira de Sinais, mas precisam lutar por outros espaços, por exemplo, na administração, na psicologia, entre outros.

Um fator muito importante de salientar: as lutas das mulheres surdas começaram com os movimentos surdos, junto às associações de surdos. A associação é o principal lugar de luta e de conquistas onde as mulheres têm participado, e por isso aumentado a informação e conhecimento; é um espaço político legítimo aberto para lutar pelos direitos.

Como se vê, embora a mulher surda tenha conquistado direitos, ainda continua a luta pelo reconhecimento e participação de sua identidade na sociedade globalizada de hoje. Tal realidade é o que permeia a idealização deste artigo, cujas atenções são focadas no papel da mulher surda na sociedade de Parnaíba-PI, caracterizado nos resultados e discussões, no momento dedicado aos mesmos.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1. Abordagens Metodológica (Método)

Em prol do alcance dos objetivos pretendidos por este artigo, fez-se uso de uma metodologia que, no conceito de Andrade (2006, p. 129) vem ser “o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”. Considerando a definição da autora, metodologia pode ser compreendida como a ferramenta essencial para a idealização e elaboração de uma pesquisa. Logo, fundamentando-se na divisão das pesquisas em dois grandes blocos, especificados por Zanella (2012, p. 69) em puras, sendo as

“vinculadas ao enriquecimento teórico das ciências”, e aplicadas as “relacionadas com o valor prático ou pragmático da realidade”, a característica dominante nesta reside no segundo bloco.

Nesse caso, a característica de pesquisa aplicada é devida às explicações de Zanella (2012, p. 70), esclarecendo que esse tipo de estudo “tem como motivação básica a solução de problemas concretos, práticos e operacionais, também chamada de pesquisa empírica, pois o pesquisador precisa ir a campo, conversar com pessoas, presenciar relações sociais”. Entretanto, há de ser destacada a impossibilidade de separar sua pesquisadora daquilo que investigou, muito menos do resultado deste artigo, por se valer do prescrito por Lüdke e André (1996, p. 5) revelando que “não há, portanto, possibilidade de se estabelecer uma separação nítida e asséptica entre o pesquisador e o que estuda e também os resultados do que ele estuda”. De acordo com as autoras, o pesquisador “não se abriga, como queria anteriormente, em posição de neutralidade científica, pois se está implicado necessariamente nos fenômenos que conhece e nas consequências desse conhecimento que ajudou a estabelecer”.

Diante de seus objetivos, este artigo é classificado como exploratório e descritivo. Exploratório, por se valer do enunciado por Andrade (2006, p. 17) quanto à finalidade deste tipo de pesquisa, sendo a de “proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; facilitar a delimitação do tema; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses”, bem como descobrir um novo “tipo de enfoque para o assunto”, ou seja, ter existido um objeto de investigação com poucas informações, caso do papel da mulher surda na sociedade parnaibana. E descritivo, visto fundamentar-se nas palavras de Gil (2010, p. 27) ao afirmar que essa modalidade de estudo tem “como objetivo a descrição das características de determinadas populações, isto é, cuja finalidade é a de encontrar relações de diferentes objetos”.

Em relação ao seu ambiente, este artigo é caracterizado como bibliográfico que, para Barros e Lehfeld (2007, p. 84), vem ser o que “se efetua tentando-se resolver um problema ou adquirir informações a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado”. Segundo as autoras, na realização de uma pesquisa bibliográfica, “é fundamental que o pesquisador faça um levantamento dos

temas e tipos de abordagem já explorados por outros estudiosos assim levando os conceitos e explorando os aspectos já publicados”. No caso específico desta pesquisadora, a sua pesquisa bibliográfica foi realizada com a utilização de um suporte teórico a respeito do tema, já publicado e disponibilizado em todos os meios de veiculação, a exemplo de livros, monografias, artigos e outros.

Aliado a isso, diante do seu ambiente de aplicação, este artigo é caracterizado como pesquisa de campo que, no esclarecimento de Andrade (2006, p. 127), é a desenvolvida principalmente nas Ciências Sociais, “pois não tem como objetivo produzir ou reproduzir os fenômenos estudados”, tendo essa denominação “porque a coleta de dados é realizada em campo, onde ocorrem espontaneamente os fenômenos, uma vez que não há interferência do pesquisador sobre eles”.

Quanto à sua natureza, este artigo é denominado de qualitativo que, na concepção de Chizzotti (2001, p. 79) entre os pressupostos desse tipo de estudo é encontrado um conhecimento que “não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa”, bem como seu pesquisador “é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes significado”. E em razão de sua característica qualitativa também está presente em seu instrumento de coleta de dados, ou seja, na entrevista a ser considerada posteriormente, Tartuce (2008, p. 44) consolida esta peculiaridade:

As interpretações dos fenômenos, as atribuições dos significados são básicas nos processos de pesquisas qualitativas. [...]. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Convém observar que a abordagem metodológica (método) aplicada neste artigo atendeu à linha de investigação de sua problemática e o alcance de seus objetivos já evidenciados em sua introdução, sendo seus procedimentos metodológicos (material) vistos a seguir.

3.2. Procedimentos Metodológicos (Material)

Partindo do conhecimento de que em uma pesquisa nem sempre é possível coletar informações da totalidade de um grupo de pessoas, objetos, plantas, animais, entre outros objetos de investigação, é que houve a

necessidade de analisar somente uma parte da população (universo) deste artigo, aliada ao cuidado da escolha de uma amostra representativa que deu confiança e sustentabilidade para a aplicação de seu instrumento de coleta de dados, por intermédio de uma atenção à ética, bem como para a análise de dados coletados, sendo constatada em momento oportuno.

3.2.1. Universo (População) e Amostra (Participantes)

Este artigo teve sua realização no município de Parnaíba-PI, universo de atuação de sua pesquisadora, em razão de residir na cidade cuja população leva à crença da existência de mulheres surdas em todos os segmentos sociais, tendo por fundamento o prescrito por Oliveira (2000, p. 159-160), informando que o universo ou população de uma pesquisa trata-se de “um grupo de seres animados ou inanimados que, pelos menos, demonstra uma característica em comum”.

Oliveira (2000, p. 150) revela que pode-se considerar amostra de uma pesquisa “a parte ou parcela convenientemente selecionada do universo ou população” que, no caso deste artigo, foi uniforme, visto as participantes terem somente um vínculo em comum, isto é, serem mulheres surdas independentes de suas características socioeconômicas (idade, escolaridade, renda familiar, profissão e outras). Ressalta-se a importância da participação dessas mulheres surdas, valendo-se das palavras de Costa e Costa (2014, p. 42) ao enfatizarem que numa amostra ou sujeitos participantes de uma pesquisa “são aqueles que geram informações que, de alguma forma, serão usadas pelos pesquisadores”. Nesse sentido, Oliveira (2000, p. 60) acrescenta:

O problema da amostragem é, portanto, escolher uma parte (amostra), de tal forma que ela seja a mais representativa possível do todo e, a partir dos resultados obtidos relativos a essa parte, poder inferir, o mais legitimamente possível, nos resultados da população total, se essa fosse verificada.

Há de ser ressaltado que, sendo seu quadro amostral especificado anteriormente, este artigo levou em consideração o prescrito por Costa e Costa (2014, p. 43), afirmando que na definição de uma amostra devem estar incluídos: “critérios de inclusão – como foram selecionados os sujeitos da pesquisa. Critérios de exclusão – quais os critérios para a não inclusão de sujeitos na pesquisa”. Dessa forma, os critérios de inclusão deste artigo foram relativos à participação de mulheres surdas, independentes de suas

características socioeconômicas, já descritas. Logo, também, ficando identificados os critérios de exclusão, ou seja, mulheres que não se identificassem com os de inclusão.

3.2.2. Instrumentos de coleta de dados

Em primeiro plano, há de ser constatado o fato de que a escolha do instrumento de coleta de dados deste artigo foi direcionada à solução do seu problema levantado na sua introdução, isto é, além do método (abordagem metodológica) utilizado e já salientado anteriormente, o material utilizado (procedimentos metodológicos) foi fundamentado em Severino (2000, p. 162) revelando serem as técnicas “procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, mediante o emprego de instrumentos adequados”, caso da entrevista utilizada neste trabalho como ferramenta de coleta de dados.

Nesse ponto, Zanella (2012, p. 114-117) afirma que a entrevista “é a técnica mais adequada para a informação de assuntos que apresentam maior complexidade, como opiniões que envolvem sentimentos, comportamentos, além de facilitar maior liberdade na conversa entre o entrevistador e entrevistado”. No caso deste artigo, a modalidade de entrevista foi a semiestruturada que, para a autora:

Nesse tipo de técnica o entrevistador dispõe de um roteiro – guia (ou uma pauta), no entanto não necessariamente segue a ordem determinada no roteiro, se oportuno, inclui novos questionamentos durante o encontro, mas nunca perdendo os objetivos da investigação.

Aliado à entrevista, a observação foi outra ferramenta de coleta de dados utilizada neste artigo, fundamentando-se na concepção de Lüdke e André (1996, p. 25-26) ao advertirem que uma para observação seja realmente um instrumento “válido e fidedigno de investigação, precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador”. Dessa forma, a observação utilizada foi direta ou participante que, na informação de Chizzotti (2001, p. 90), “é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista”.

A escolha da observação direta ou participante deu-se em razão de realizar a pesquisa em condições controladas, no atendimento de propósitos preestabelecidos, indo diretamente ao encontro dos momentos da aplicação de sua coleta de dados. O primeiro, com uma consulta à publicação, disposição e veiculação de conteúdos bibliográficos (livros, monografias, dissertações, artigos e outros) recorridos para a sua fundamentação teórica, observando o enfatizado por Marconi e Lakatos (2012, p. 3):

Toda pesquisa deve basear-se em uma teoria, que serve como ponto de partida para a investigação bem-sucedida de um problema. A teoria, sendo instrumento de ciência, é utilizada para conceituar os tipos de dados a serem analisados. Para ser válida, deve apoiar-se em fatos observados e provados, resultantes da pesquisa.

Após consulta bibliográfica disponibilizada em todas as modalidades de veiculação em prol de sua não-neutralidade e abordagens facilitadoras de sua concepção, este artigo teve seu segundo momento de construção direcionado à sua pesquisa de campo, sendo esta realizada em dois períodos. O primeiro com o esclarecimento às suas participantes (mulheres surdas) dos principais aspectos constituintes da concepção (interesse, objetivos, estudo acadêmico, sigilo de seus nomes por preservação de identidades frente o caráter ético da pesquisa, entre outros). O segundo com a aplicação das entrevistas às participantes, adquirindo com mais consistência suas considerações à temática objeto de conhecimento.

3.2.3. Análise de dados (Tipologia)

Fundamentando-se em Marconi e Lakatos (2012, p. 2) salientando que uma pesquisa “sempre parte de um problema, de uma interrogação” e, desse modo, “ela vai responder às necessidades de conhecimento de certo problema ou fenômeno”, a exemplo deste artigo que procurou descobrir qual o papel da mulher surda na sociedade de Parnaíba-PI. Logo, faz-se necessário esclarecer que sua análise de dados foi realizada face às abordagens metodológicas (método), em vista do que preconizam Lüdke e André (1996, p. 45), ou seja, “a análise está presente em vários estágios da investigação, tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados”.

Nesse caso, a análise dados apresentada em momento específico aos

resultados e discussão, foi realizada com o recurso da Análise de Conteúdo que, de acordo com Farago e Fonfoca (2020, p. S.l.: p. 4), é caracterizada como “um método que, historicamente e cotidianamente, produz sentidos e significados na diversidade de amostragem presentes no mundo acadêmico”. E no respaldo do conceito de Chizzotti (2001, p. 98):

A Análise de Conteúdo é um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento. A técnica se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a qualquer documento.

E com fundamentação na abrangência do conceituado acima, a Análise de Conteúdo deste artigo foi aplicada em seus pressupostos teóricos e nas considerações das mulheres surdas participantes de sua pesquisa de campo, obedecendo à prescrição de Farago e Fonfoca (2020, p. S.l.: p. 3-4) especificando que esta modalidade de análise deve “ter como ponto de partida uma organização” e suas diferentes etapas devem ser ordenadas em três fases: “1. A pré-análise; 2. A exploração do material; e, por fim, 3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação”. Logo, fases estas seguidas na construção da perspectiva do tema deste artigo.

3.2.4. Aspectos Éticos

Em relação à utilização de uma conduta ética na aplicação de uma pesquisa, especialmente a de campo, Costa e Costa (2014, p. 50) advertem que, após o uso da colaboração dos instrumentos de coleta de dados, “é necessário adotar boas maneiras”. De acordo com os autores, “o pesquisador deve buscar sempre uma aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo; apresentar e discutir a proposta de estudo para o grupo a ser estudado; adotar uma postura ética”, observações estas seguidas por este artigo.

Há também de ser esclarecido que, no caso da aplicação da entrevista às mulheres surdas participantes, teve-se a atenção e cuidado com as mesmas, respeitando suas integridades, como já salientado na descrição da entrevista como instrumento coleta de dados, bem como por acatar o disposto na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Técnico – CNPq (2020, S.l.: s.n.), referindo-se aos princípios da bioética e abranger todo(as) participantes de uma pesquisa, incluindo seu pesquisador ou sua pesquisadora. Eis o disposto na Resolução evidenciada:

A presente Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os referenciais da bioética, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado.

Faz-se imprescindível, então, enfatizar que a importância deste artigo residir em sua constituição respaldada em caráter ético durante o seu trajeto, determinado e assegurado por uma Resolução, aliado a outras práticas sugeridas pelas fontes consultadas, em razão da certeza da ética como princípio de direito ou de bom comportamento a ser seguido. Evidentemente que, diante do respeito às pessoas e o que elas investigam, é direcionada uma atenção especial as que já se dedicaram ao tema, pelo fato desta pesquisadora idealizar como uma de suas pretensões a colaboração com o pequeno rol de trabalhos empíricos sobre o papel da mulher surda na sociedade. Além disso, deve ser ressaltado que as participantes tiveram direito à livre escolha de participar ou abandonar a mesma quando lhe fosse conveniente, isto é, estavam isentas de qualquer compromisso com a pesquisa.

Portanto, o uso deste material (procedimentos metodológicos) e métodos (abordagem metodológica) teve como intenção uma melhor construção do tema concebido, diante das disposições observadas e aplicadas, lembrando que seu trabalho de campo foi realizado em 06 a 08 de julho de 2020.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES (ANÁLISE DE DADOS)

4.1. Providenciais esclarecimentos

Antes de apresentar os resultados e discussão deste trabalho, faz-se necessário observar determinados aspectos. O primeiro deles é referente ao instrumento de coleta de dados utilizado, ou seja, à entrevista aplicada com as participantes da pesquisa, em razão de suas questões terem sido inicialmente concebida na língua portuguesa e, posteriormente na sua aplicação, transcritas

na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Dessa forma, em número de quatro, as questões e suas transcrições para um melhor entendimento das entrevistadas são demonstradas na tabela 1.

Tabela 1 – Questões e transcrições na LIBRAS aplicadas às participantes da pesquisa.

QUESTÕES NA LÍNGUA PORTUGUESA	QUESTÕES TRANSCRITAS EM LIBRAS
1. Você tem conhecimentos de LIBRAS?	1. LIBRAS, você conhece?
2. Você acha que LIBRAS contribuiu para o seu desenvolvimento social?	2. LIBRAS, vida, sociedade ajudar comunicação?
3. Como você concebe o seu papel diante da mulher surda na sociedade parnaibana?	3. Você mulher surda, casa Parnaíba, pessoas observar, você pessoa surda como pensar?
4. Na sua opinião, o que é necessário para o engrandecimento da mulher surda na sociedade?	4. Opinião sua, mulher Parnaíba crescer como sociedade?

Fonte: Pesquisa e elaboração própria.

O segundo aspecto a ser esclarecido é relativo ao número das participantes da pesquisa, em razão de serem apenas duas. Tal fato se deu devido à indisposição de outras mulheres surdas em participar do estudo, justificando o momento atípico pelo qual o país e o mundo atravessa, o da pandemia do corona vírus, embora fossem avisadas nas precauções e prevenções tomadas para os momentos de aplicação das entrevistas. Já o terceiro aspecto diz respeito à participação de uma intérprete em tais momentos, sendo de significativa importância, por essa já dispor de contratos e relacionamentos mais próximos com as duas participantes, o que veio contribuir e consolidar os resultados e discussão apresentados a seguir, já que se considera mínimos os conhecimentos da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, por parte deste pesquisadora, diante dos conhecimentos da intérprete evidenciada.

4.2. As contratações

Em razão do objetivo maior deste estudo ter sido o de conhecer o papel da mulher surda na sociedade parnaibana, houve uma necessidade de

também identificar características socioeconômicas das participantes, embora não represente o total dessas mulheres existentes no município, mas atende o preconizado por Oliveira (2000, p. 60) em sua metodologia anteriormente descrita, da escolha de uma parte da amostra ser “a mais representativa possível do todo” e, partindo dos resultados alcançados quanto a essa parte, “poder inferir, o mais legitimamente possível, nos resultados da população total, se essa fosse verificada”. Tais características socioeconômicas (dados) são observadas na tabela 2.

Tabela 2 – Características socioeconômicas das participantes.

IDADE	PARTICIPANTES	%
18 a 20 anos	0	0
20 a 30 anos	0	0
30 a 40 anos	1	50%
40 a 50 anos	1	50%
TOTAL	2	100%
ESTADO CIVIL	PARTICIPANTES	%
Solteira	2	100%
Casada	0	0
Outro	0	0
TOTAL	2	100%
ESCOLARIDADE	PARTICIPANTES	%
Ensino Fundamental Incompleto	2	100%
Ensino Fundamental Completo	0	0
Ensino Médio Incompleto	0	0
Ensino Médio Completo	0	0
Ensino Superior Incompleto	0	0
Ensino Superior Completo	0	0
TOTAL	2	100%
RENDA FAMILIAR	PARTICIPANTES	%
1 a 2 salários mínimos	2*	100%
2 a 3 salários mínimos	0	0
Outra	0	0
TOTAL	2	100%

Fonte: Pesquisa e elaboração própria.

* Uma das participantes declarou receber o Benefício da Prestação Continuada – BPC.

De acordo com o demonstrado na tabela 2, as duas mulheres surdas participantes da pesquisa têm idade compreendida entre trinta (30) e cinquenta (50) anos, sendo uma com idade de trinta e seis (36) anos e a outra com quarenta e cinco (45) anos, ambas de estado civil de solteiras, com Ensino

Fundamental Incompleto. Já diante da renda familiar, ambas revelaram ser um (1) a dois (2) salários mínimos, observando que uma delas recebe o Benefício de Prestação Continuada – BPC, disponibilizado pela Previdência Social no Brasil, correspondendo a um (1) salário mínimo e meio.

Dos dados socioeconômicos constatados das mulheres surdas participantes, uma característica presente é a da escolaridade predominante, ou seja, a do Ensino Fundamental Incompleto, o que induz a se pensar a respeito do fracasso educacional dos surdos que, para Skliar (2013, p. 18-19), os motivos para os três tipos de “justificações impróprias” diante desse fracasso são “a falta de compreensão e de produção dos significados da língua oral, o analfabetismo massivo, mínima proporção de surdos que têm acesso a estudos de Ensino Superior, a falta de qualificação profissional para o trabalho, etc.”. De acordo com o autor, as justificações são “a atribuição aos surdos do fracasso-fracasso, então, da surdez, dos dons biológicos naturais, a culpabilização aos professores ouvintes por esse fracasso, e a localização do fracasso nas limitações dos métodos”, sendo essa última justificativa capaz de reforçar a necessidade de purificar essa limitação dos métodos, isto é, “sistemizá-los ainda mais, de torná-los mais rigorosos e impiedosos com relação aos surdos”.

Em relação ao conhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, por parte das participantes, que transmitida às participantes da pesquisa como LIBRAS, você conhece? as respostas foram: “sim, saber pouco sinais conhecer” e “LIBRAS pouco, sinais casa conhecer”. Recorrendo ao verificado na observação como instrumento de coleta de dados deste artigo, pode-se crê que as participantes não tenham realmente um conhecimento satisfatório de LIBRAS, já que nos momentos das entrevistas com as mesmas foi presenciada a busca de alternativas, junto a sinais utilizados em comunidades surdas, por parte da intérprete, em prol de um melhor entendimento dessas participantes do que se desejava conhecer.

Nesse ponto, convém a lembrança da importância da participação da intérprete nas entrevistas com as mulheres surdas participantes da pesquisa, já que as mesmas têm pouco conhecimento da LIBRAS, encontrando fundamentos na concepção de Gesser (2009, p. 47) afirmando que o intérprete tem tido uma significativa relevância nas relações entre surdos e ouvintes, bem

como “na maioria dos casos, os intérpretes têm contato com a língua de sinais a partir dos laços familiares e da convivência social com vizinhos e amigos surdos (ocorrendo geralmente em espaços escolares e religiosos)”. Dessa forma:

No caso da LIBRAS, a interpretação ocorre geralmente de maneira informal em momentos em que o surdo está interagindo com outros indivíduos que não dominam/conhecem a língua de sinais. Nesse cenário, observa-se que a maioria dos intérpretes brasileiros tem desenvolvido sua proficiência e habilidade de interpretar a partir, digamos, de uma situação de “emergência” comunicativa na interação surdo/ouvinte. Afirmar que o surdo precisa de intérprete em espaços institucionais em que as pessoas não falam a sua língua é um direito reconhecido pela Lei nº 10.436, aprovada em 24 de abril de 2002. Então, escolas, universidades, repartições públicas, tribunais, hospitais etc. devem atender essa população específica assegurando-lhe o seu direito linguístico de poder ser assistido em sua própria língua.

Oportuno o enfatizado acima, tanto pela informação da promulgação da Lei nº 10.436 em relação ao intérprete nos espaços institucionais, bem como ir ao encontro do constatado pelas mulheres surdas participantes desta pesquisa, quando indagadas se a LIBRAS contribuiu para os seus desenvolvimentos sociais e transmitida às entrevistadas como LIBRAS, vida, sociedade, ajudar comunicação?, sendo respondido que: “sim, pessoas poucas saber LIBRAS, gestos saber”, e “pessoas, mundo, LIBRAS conhecer pouco, gestos só”.

As respostas das participantes demonstradas anteriormente induz à crença de que as mesmas, embora pareçam conhecer pouco sobre a LIBRAS e terem mais conhecimentos de gestos (sinais) de suas comunidades e do interior de seus lares, consideram a LIBRAS uma importante contribuição para os seus desenvolvimentos sociais. Tais aspectos levam a considerar, em termos gerais, o advertido por Dilli (2010, p. 43-44) lembrando que os direitos constituintes da Lei nº 10.436/02 que reconheceu a LIBRAS como meio de comunicação e expressão, sendo regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05, são inegavelmente os direitos mais importantes conquistados no decorrer de toda a história dos surdos no país, visto que trouxe “o reconhecimento de uma cultura, de uma identidade, e de uma língua”. Já especificamente em relação às lutas das mulheres surdas, são oportunas as palavras de Silva (2012, p. 3):

Na trajetória surda, há muitas lutas pelo direito do uso da LIBRAS, identidade e cultura. O sofrimento ainda permeia as mulheres surdas pela falta de informação, não tendo conhecimento a respeito das leis, direitos como saúde, gestação com acompanhamento, entre outros;

muitos deles são totalmente ignorados. Esses fatores são facilmente constatados quando participamos de um movimento social e percebemos sua forma hierárquica de organização.

Complementando, então, o constatado na entrevista com as participantes desta pesquisa, quando perguntadas sobre as suas concepções de seus papéis de mulheres surdas na sociedade parnaibana e que lhes foi transmitidos como você, mulher surda, casa Parnaíba, pessoas observar você pessoa surda, como pensar?, suas respostas foram: “eu surda, normal, casa, passar, estudar, entender, trabalhar não porque BPC ter”, e “eu surda, dificuldades muitas, porque pessoas saber pouco LIBRAS, um ouvinte igual poder trabalhar, estudar”.

Como se vê, de acordo com as respostas das participantes diante de suas concepções a respeito de seus papéis de mulheres surdas na sociedade parnaibana, tratando-se do principal objetivo deste estudo, dois aspectos são observados. O primeiro referente ao concebido da entrevistada de achar normal esse papel, em razão de passear, estudar e não trabalhar porque é beneficiária da Previdência Social, não representando para ela uma dificuldade na sociedade parnaibana o fato de ser uma mulher surda, deixando transparecer que é considerada do mesmo modo de tratamento dado à mulher ouvinte, talvez fundamentada nessa sua característica de beneficiária. As respostas da entrevistada em evidência induz à crença de que a surdez não é um problema para o surdo, com tal crença encontrando respaldo no assegurado por Gesser (2009, p.64) advertindo que existe uma “dificuldade humana em aceitar e conviver com as diferenças”. Logo:

A surdez é muito mais um problema para o ouvinte do que para o surdo. A tentativa de domesticar o surdo, enquadrando-o nos moldes ouvintistas, mostra, no mínimo, a fragilidade para lidar com o desconhecido, com o diferente. Paradoxalmente, nessa tentativa de enquadre, ficam também visíveis faces de um sentimento de autoafirmação ou, ainda, uma forma estratégica de encobrir um discurso em prol da normal ideal e universal.

Por outro lado, há a resposta da outra entrevistada que já tem uma concepção diferente e conceber o seu papel de mulher surda na sociedade parnaibana com dificuldades e “muitas, porque pessoas saber poucas LIBRAS” e uma ouvinte “Poder trabalhar, estudar”. Tais afirmações induzem a refletir a respeito do preconizado por Ribeiro (2017, p. 8-9), ao observar que “parece

extremamente distante e utópico acabar de fato com todas as opressões que mulheres e mulheres surdas estão expostas diariamente”, ressaltando:

Assim, um grande passo para a quebra deste ciclo está no papel do posicionamento engajado sobre as questões relativas às mulheres surdas. Visto que é através deste discurso que mulheres surdas podem passar a enxergar sua situação não como biológica e necessária, mas como histórica e passível de mudança. De fato, o engajamento acadêmico e exclusivamente teórico não mudará automaticamente a situação das mulheres surdas, de modo que é necessário que tal posicionamento seja também político e com intenções práticas.

Com certeza, há uma necessidade de intenções políticas práticas mais eficazes no discurso de enfrentamento de toda as opressões que as mulheres, em especial as surdas, têm que confrontar diariamente, pois, no conceito de Gadotti (1998, p. 13) já era asseverado que “o diálogo que não leva ação transformadora é puro verbalismo”. Em termos análogos, então, convém demonstrar a concepção das participantes desta pesquisa quanto à opinião delas sobre o que é necessário para o engrandecimento da mulher surda na sociedade parnaibana, o que foi lhes transmitido como opinião sua, mulher surda, Parnaíba, crescer como sociedade?, cujas constatações foram: “precisar surdas ajuda, aprender LIBRAS, entender lei, ouvinte ajudar surdas, emprego ter, lei obedecer”, e “Parnaíba precisar ajuda, LIBRAS eu saber pouco, mulheres surdas precisar ajudas sempre”.

Como se percebe as opiniões das entrevistadas são semelhantes, inclusive com a predominância do termo “ajuda” como sendo um dos recursos que a mulher surda necessita para o seu engrandecimento na sociedade parnaibana. O entendimento de leis e o conhecimento da LIBRAS são outros aspectos também destacados pelas participantes como recursos para esse engrandecimento, aliados à contribuição do ouvinte. Em outras palavras, tratam-se de argumentos que levam à crença de que, fundamentado em Dilli (2010, p. 29), qualquer pessoa que tenha um certo conhecimento da comunidade surda sabe que o significado da surdez, pelos surdos, “passa muito mais por sua identidade grupal do que por uma característica física que, pretensamente, os faz menos (ou menores) que os indivíduos ouvintes” e, desse modo, “corroborando para a desmitificação do termo deficiente auditivo e passando a ser o mesmo compreendido como surdo”.

Nessa linha de discussão em relação às considerações das participantes diante do que é necessário para o engrandecimento da mulher surda na sociedade parnaibana, faz-se necessário observar o que Marques (2008, p. 29) já afirmou, advertindo que é preciso eliminar a concepção de que a “experiência da surdez apresenta o corpo não como uma pessoa anatomicamente diferenciada”, mas com “funcionalidades sensoriais e perceptivas que lhe constituem uma interpretação e interação com o mundo específicas, que quando inseridas no mundo se transformam e transformam esse mundo”. Consolidando a afirmação, também são oportunas as palavras de Falcão (2010, p. 28) que, embora em termos gerais, vão diretamente ao encontro das opiniões das mulheres surdas entrevistadas, isto é:

Os sujeitos surdos e ouvintes ao ampliarem valores e conhecimentos da esfera oro-audio comunicacional para o sensorio-visuo-espacial como modelo comunicacional relacional e de aprendizagem do/com o mundo, cuja relatividade apresenta-se numa dinâmica interativa em conformidade com a manutenção do ambiente cósmico, se permitem a conviver no mesmo espaço da biodiversidade em comunhão e harmonia dialogal e não em guetos e clãs que perversamente denigrem, segregam, alienam e desumanizam.

Portanto, embora tenham pouco conhecimento, em razão de suas formações escolares (Ensino Fundamental Incompleto), as participantes desta pesquisa têm a sensibilidade implícita de mencionar em suas simples opiniões a respeito do que é necessário para o engrandecimento da mulher surda na sociedade parnaibana, o fato de que no presente momento globalizado da humanidade é necessário que surdos e ouvintes vivam em harmonia, em vista do princípio da inclusão social que, para Sasaki (1997, p. 39), “constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade, buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivam a equiparação de oportunidades para todos”, evidentemente incluindo as mulheres surdas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatando o fato da quase inexistência de atenções dedicadas ao papel da mulher surda na sociedade, em geral, este artigo releva as dificuldades encontradas para a sua realização, face às raras considerações sobre a sua temática, visto os estudos a respeito do surdo terem majoritariamente uma luta contra a interpretação da surdez como deficiência,

contra a concepção da pessoa surda enquanto indivíduo deficiente, doente e sofredor e contra o conceito da surdez enquanto experiência de uma falta, não esquecendo os estudos mais dedicados à inclusão educacional da pessoa surda na pauta do direito garantido ou reprimido.

Respondendo, então, à questão levantada de quais características poderiam ser atribuídas ao papel da mulher surda na sociedade parnaibana, pode-se dizer que identificar tais características ainda é uma condição tímida deste estudo, em razão de não poder também argumentar que a participação dessas mulheres na sociedade está crescendo e começando a ter visibilidade, sendo o evidenciado pelas próprias participantes da pesquisa. Logo, é hora de os estudos deterem-se nessas mulheres que, em termos gerais, embora por tanto tempo silenciadas, têm muito a contribuir com os debates e discussões dos cruzamentos das diferenças.

Nesse caso, no conhecimento do papel da mulher surda na sociedade parnaibana, pode-se afirmar ser o mesmo dependente dos aspectos do respeito à diferença cultural e linguística, também análogos aos de outras mulheres surdas de quaisquer sociedades, embora se saiba que, diferentemente do que ocorria no passado, atualmente é observada a participação das mulheres surdas em movimentos surdos, bem como no campo da Educação, com o seu ingresso nas universidades e trabalhando nas escolas de surdos e como professoras de LIBRAS. Tal fato reflete na caracterização desse papel, visto o mesmo ser identificado por tais dependências, já que o considerado pelas participantes da pesquisa induz a refletir sobre a importância de não se perder no caminho e não esquecer que as conquistas e lutas são coletivas e nunca individuais e que a referência será sempre a inclusão aliada ao saber da LIBRAS.

Na averiguação do espaço ocupado pela mulher surda, em razão da caracterização do seu papel na sociedade identificado anteriormente, pode-se afirmar que esse espaço ainda é diminuto e, conseqüentemente, alcança uma pequena importância na sociedade atual, apesar da conquista de novos horizontes, lembrando que o processo de comunicação é um dos fatos mais significativos no que se relaciona com a interação entre as pessoas que, entre ouvintes e surdos, a LIBRAS representa a ferramenta imprescindível para a sua concretização em prol da conquista do espaço e importância social da

mulher surda, segundo o constatado pelas participantes

Portanto, com a percepção de que a comunicação continua sendo um grande obstáculo para o acesso dos surdos na vida social, já que uma maior parcela da sociedade desconhece a LIBRAS, língua materna do surdo, obstáculo esse que se pretende ultrapassar com a difusão dessa língua, é que este artigo não se conclui em caráter fechado, mas abrindo tantos outros questionamentos, fruto de uma discussão que ainda se inicia e que necessita ser levantada, face às raras atenções a um tema instigante e compensador.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. [S.l.:s.n.]. Disponível em: http://www.cnpa.br/web/genest/dados_abertos. Acesso em: 10 fev. 2020.

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo. **Projeto de Pesquisa: entenda e faça**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DA SILVA SOUSA, Maria de Nazaré et al. Cultura Surda. **RACE-Revista de Administração do Cesmac**, v. 10, p. 123-132, 2021.

DILLI, Karoline Silveira. **A Inclusão do Surdo na Educação Brasileira**. 2010. TCC (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina / Centro Socioeconômico. Florianópolis, 2010.

FALCÃO, Luiz Albérico. **Surdez, Cognição Visual e Libras: conhecendo novos diálogos**. Recife-PE: Editora do Autor, 2010.

FARAGO, Cátia Cilen; FOFONCA, Eduardo. **A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações**. [S.l.]. Disponível em: http://www.analise_conteudo_perspectiva. Acesso em: 10 fev. 2020.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. 2. ed. São Paulo-SP: Instituto Paulo Freire, 1998.

GESSER, Andrei. **LIBRAS? Que Língua é Essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo-SP: Parábola, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GROPPO. Luís Antonio. **Juventude:** ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro, RJ: DIFEL, 2000.

KLEIN, Madalena; FORMOSO, Daniele de Paula. **Gênero e Surdez.** 2017. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/450725/madalena-klein>. Acesso em: 02 mar. 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnica de Pesquisa:** planejamento e execução de respostas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

MARQUES, Rodrigo Rosso. A experiência de Ser Surdo: uma descrição fenomenológica. 2008. *In:* DILLI, Karoline Silveira. **A Inclusão do Surdo na Educação Brasileira.** 2010. TCC (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina / Centro Socioeconômico. Florianópolis, 2010.

MOREIRA, Sandra Zanetti. A mulher surda e suas relações de gênero e sexualidade. *In:* SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre, RS: Mediação, 2013.

OLIVEIRA, Claudionor dos Santos. **Metodologia científica, planejamento e técnicas de pesquisa:** uma visão holística do conhecimento humano. São Paulo: LTR, 2000.

RIBEIRO, Jéssica Akemi Kawano. A identidade e a autonomia da mulher surda. *In:* **Seminário Internacional 13^o Mundo de Mulher & Fazendo Gênero 11.** Florianópolis-SC, 2017. p. 1-12. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332410376_a_identidade_e_a_autonomia_da_mulher_surda. Acesso em: 20 fev. 2020.

RUZZA, Mara Lopes Figueira de. **A Inclusão Educacional do Sujeito Surdo:** direito garantido ou reprimido? 2016. Dissertação (Mestrado em Educação: currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. São Paulo-SP, 2016.

SÁ, N. L. **Cultura, Poder e Educação de Surdos.** Manaus-AM: Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 1997. *In:* DILLI, Karoline Silveira. **A Inclusão do Surdo na Educação**

Brasileia. 2010. TCC (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina / Centro Socioeconômico. Florianópolis, 2010.

SEVERINO, Joaquim Antonio. **Metodologia do Trabalho Científico.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Ivana Gomes da. **A Mulher Surda Hoje:** novas formas de significar o movimento surdo. 2012. Disponível em:
http://www.ucpel.tche.br/senale/cd_senale/2013/Textos/trabalhos/119.pdf.
Acesso em: 10 mar. 2020.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre-RS: Mediação, 2013.

SOUZA, Danilo Pessoa Ferreira de. **A Educação de Surdos sob a Perspectiva de sua Cultura e Identidade.** Manuais-AM: Clube dos Autores, 2018.

TARTUCE, Terezinha de Jesus Afonso. **Normas e técnicas para trabalhos acadêmicos.** Fortaleza: UNICE, 2008.

THOMA, Adriana da Silva. **Representações sobre os surdos, comunidades, cultura e movimento surdo.** Porto Alegre: UFRGS/DEE, 2013. (Apostila da disciplina de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais).

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração.** 2. ed. Florianópolis-SC, 2012. (Departamento de Ciências da Administração / UFSC).